

ATA

PLENÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PARACATU E URUCUIA. Ata da 6ª reunião ordinária, realizada no dia 02 de Dezembro de 2025. No dia 02 de Dezembro de 2025 às 09h00min reuniram-se por presencialmente no auditório da AMNOR - Associação dos Municípios do Noroeste de Minas em Paracatu – MG, os seguintes conselheiros titulares e suplentes do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Paracatu e Urucuia - **Representantes do Poder Público Estadual:** Adailson de Oliveira Santos (SES) Titular, Samuel Passos Ribeiro Rodrigues e Silva (DER/MG) Suplente, Júnia Mesquita Miranda (IEF) Suplente, Norberto Willians Santos Souza (PMMG) Suplente, Álvaro de Moura Goulart (EMATER/MG) Titular. **Representantes Poder Público Municipal:** Alexandre Stehling dos Santos (Município de Vazante) Titular, Neurivan Pereira Farias (Município de Formoso) Titular, Roberto Kennedy Santos (Município de João Pinheiro) Titular, José Eustáquio Oliveira Neto (Município de Riachinho) Titular, Thiago Bezerra Borba (Município de Bonfinópolis de Minas) Titular, Rafael Vieira Soares (AMNOR) Titular. **Representantes de Usuários:** Thaís Nascimento Ferreira (IRRIGANOR) Titular, Marília Cristina Alves de Almeida (CAPUL) Suplente, Marcelo Perondi (ABHP) Titular, Régis Machado Couto (Condomínio de Irrigação Rio Paracatu) Titular, Joice Luiza Appelt (Condomínio dos Irrigantes do Entre Ribeiros) Titular, Natália Gonçalves Mendes (Sindicato dos Produtores Rurais de Paracatu) Titular, Adaiane Pereira de Souza (BEVAP) Suplente. **Representantes da Sociedade Civil:** Denis Leocádio Teixeira (UFVJM) Titular, Ésio Mendes do Nascimento (Cáritas Diocesana de Paracatu) Titular, Tobias Tiago Pinto Vieira (MOVER) Titular, Max Ulhôa (ADESP) Titular. **Convidados:** Angélica Otoni (Auxiliar Administrativo), Ohany Ferreira (APV), Matheus Juno Alves (APV), Débora Emília da Silva (SF1), Dirceu de Oliveira Costa (SF1). **Assuntos em Pauta: 01) ABERTURA PELO PRESIDENTE DO CBH S78 - TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA:** Tobias Vieira (MOVER) A reunião teve início com a fala do presidente, que saudou e agradeceu a presença de todos, solicitando que a diretoria e o representante da AMNOR, compusessem a mesa para dar início aos trabalhos. Compuseram a mesa o presidente, Tobias Tiago Pinto Vieira, o Vice-Presidente, Marcelo Perondi, a Secretária, Thaís Nascimento Ferreira e o representante da AMNOR, Rafael Vieira Soares. O presidente relatou a ausência do Secretário Adjunto, Leonardo Pereira Costa devido a outros compromissos. Cada membro da mesa, se apresentou e citou breves palavras. **02) CONFERÊNCIA DE QUÓRUM - THAIS NASCIMENTO FERREIRA:** Thais Nascimento (IRRIGANOR) realizou a verificação de quórum com confirmação de 20 presentes e 19 conselheiros com direito a voto. Após constatar o quórum necessário, foi dado início à pauta. **03) APROVAÇÃO DA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 07/10/2025 - TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA:** Tobias Vieira (MOVER) informou a todos que a ata havia sido enviada para os conselheiros com antecedência, perguntou se haveria alguma alteração. **Max Gonçalves Ulhôa (ADESP)** relatou algumas alterações que deveriam ser realizadas, no qual foram corrigidas no momento da reunião. Sem mais alterações o presidente colocou a ata em votação. A ata foi aprovada com unanimidade dos votos. **4) INFORME DE CORRESPONDÊNCIAS ENVIADAS E RECEBIDAS - THAIS NASCIMENTO FERREIRA:** Thais Nascimento (IRRIGANOR) iniciou a leitura das correspondências. Informou que o CBH recebeu a data de finalização do apoio administrativo, sendo dia 02/01/2026 sendo assumido pela agência peixe vivo. Informou sobre a resposta recebida após o envio da moção de apoio ao SISEMA, que reforça a importância do trabalho do órgão ambiental e reconhece o impacto da greve dos servidores do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA). O documento afirma que o Estado acompanha os desdobramentos, mantém canais de orientação às unidades e à população e segue garantindo atividades essenciais, embora ainda não haja solução para o movimento grevista. A moção citada foi aprovada na última reunião com o objetivo de solicitar providências do Estado para o fim da greve. Ela explica que receberam a resposta oficial, porém o conteúdo é apenas um retorno resumido, sem avanço real nas negociações com o sindicato. Destaca que a greve continua e que há impactos diretos, sobretudo na análise de processos administrativos. Apesar do cenário, a equipe permanece aberta a enviar nova correspondência, caso o comitê considere necessário. Passa-se então à leitura de outra correspondência, enviada pelo CBH à Agência Peixe Vivo, solicitando apoio para implementação do Programa Produtores

de Água na região de Paracatu. A resposta recebida afirma que, após conversas com representantes locais incluindo sindicato rural e prefeitura, concluiu-se que há plena viabilidade para estruturar o programa já em 2026. O presidente solicita apoio técnico e financeiro da Agência Peixe Vivo, mesmo que para um projeto piloto menor, para tornar a iniciativa possível. A APV discute que haverá recursos previstos no PAP para intervenções, mas que o desafio central será encontrar um “pagador de serviços ambientais”, seja por meio de emenda parlamentar ou de parceria privada. Em seguida, apresenta-se uma correspondência da Emater de Guarda-mor, relatando um caso de mortalidade de peixes no córrego Melo, ocorrido em 19/11/2025, dentro de um assentamento rural. O relato veio acompanhado de ata com depoimentos e foi encaminhado à Polícia Ambiental, que já havia registrado a ocorrência. A polícia confirma que recebeu a denúncia e enviou equipe ao local. Pergunta-se então se já havia sido identificado o motivo da mortandade. A resposta foi que ainda não detectaram o motivo. Logo após, é lida uma resposta do Igam em resposta a um ofício do comitê sobre problemas na cobrança pelo uso da água. O documento aponta que foram consolidados dados de cobrança, arrecadação e inadimplência. O valor em aberto (~71%) não deve ser interpretado como inadimplência real, pois a maior parte (57,1%) refere-se a valores contestados administrativamente pelos usuários. A análise dessas contestações está paralisada devido à greve, já com mais de 85 dias, impossibilitando ajustes dos boletos. O presidente e outros membros enfatizam grande preocupação com essa situação, especialmente porque cobranças chegaram com erros gigantescos, casos em que um usuário que deveria pagar R\$ 2.000 recebeu cobrança de R\$ 2 milhões. Explicam que muitos produtores contestaram os valores corretamente, mas sem funcionários para análise os processos permanecem travados. O risco envolve o impacto grave na arrecadação, a ameaça ao funcionamento da Agência Peixe Vivo, o atraso em projetos do comitê e o possível prejuízo futuro aos próprios usuários caso juros e inconsistências se acumulem. Dados apresentados revelam que, dos R\$ 30 milhões lançados, apenas R\$ 8 milhões foram quitados. Os R\$ 21 milhões restantes incluem R\$ 17 milhões contestados. Os participantes demonstram perplexidade diante de tamanha discrepância, criticando a falta de eficiência em plena era digital. A seguir, é apresentada a atualização sobre o sobrestamento de processos de outorga nas bacias do Rio Paracatu e do Rio das Velhas. O Igam publicou o comunicado nº 02/2025 com novas orientações. Em síntese os processos de outorga para captação direta permanecem sobrestados, tanto na calha quanto nos afluentes. Exceções: renovações, retificação de titularidade e processos associados a barramentos com regularização de vazão. Barramentos: solicitações passam a ser analisadas, observando sazonalidade definida na portaria vigente. Áreas de conflito: é possível solicitar aumentos de vazão, desde que respeitada a Portaria 32/2022. Explica-se que, apesar do anúncio público anterior de que o problema das outorgas estaria resolvido, muitos processos continuavam travados. Após muitos diálogos com o Igam, chegou-se à situação atual, na qual ao menos parte dos processos pode voltar a andar, ainda condicionados ao fim da greve. Prosseguindo nas correspondências, registra-se a substituição de representante da Adesp, entrando Max Gonçalves, substituição da representante da Bevap, com o retorno de Adaiane após licença. Leitura de ofício da Polícia Ambiental com o boletim de ocorrência do caso da mortalidade de peixes, foram feitas análises no local, nenhum defensivo irregular foi encontrado, a Água do piscinão estava limpa, não foram detectadas irregularidades. A Polícia Ambiental destaca que não possui laboratório para análises profundas, e que as amostras foram enviadas para laboratório por um técnico local e ainda não há conclusão sobre a causa. Em seguida, são listadas as correspondências enviadas: Moção relacionada à greve (já comentada anteriormente), o ofício solicitando esclarecimentos ao Igam sobre inadimplência e o encaminhamento para a Polícia Ambiental da ata sobre o caso dos peixes. A secretária encerra a leitura das correspondências recebidas e enviadas e abre espaço para dúvidas. Sem questionamentos adicionais, passa-se aos assuntos deliberativos, que seriam discutidos a seguir. **05) RELATO, PELO SECRETÁRIO, DOS ASSUNTOS A DELIBERAR - THAÍS NASCIMENTO FERREIRA.** Thais Nascimento (IRRIGANOR) cita que o primeiro item deliberativo da reunião é a aprovação do calendário de reuniões do comitê para 2026. A mesa apresenta três deliberações principais que serão votadas: aprovação do calendário de reuniões, a criação e indicação dos membros para o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão da Agência Peixe Vivo e a aprovação do orçamento anual de custeio da Agência Peixe Vivo para 2026. **06) APRESENTAÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES DE 2026 - TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA:** Tobias Vieira (MOVER) detalha o calendário proposto. Ele relembra que as reuniões ocorrem em meses alternados e alternam entre formato online e presencial. A proposta enviada previamente por e-mail sugere as seguintes datas 03/02 – online, 07/04 – presencial, 09/06 – online, 04/08 – presencial, 06/10 – online e 01/12 – presencial. Tobias destaca que, nas reuniões presenciais, o município anfitrião precisa ter estrutura adequada para áudio, vídeo e apoio logístico, citando como exemplo um problema ocorrido anteriormente

em Unaí. Propõe manter o padrão adotado: a reunião de abril ocorrer na bacia do Urucuia, a de agosto no SF7, e a de dezembro no SF8. **Representante de Riachinho** propõe receber a reunião de abril, afirmando ter boas estruturas e oferecendo apoio logístico, inclusive organização de visitas técnicas. **Marília Capul** menciona que Unaí tem estrutura adequada e se dispõe a sediar uma reunião. **07) DN Nº XX APROVA O CALENDÁRIO DE REUNIÕES DE 2026 - TOBIAS VIEIRA; Tobias Vieira (MOVER)** Após alinhamento, decide-se que Unaí poderá receber a reunião de dezembro, apesar de não pertencer ao SF8 com aprovação do plenário. Assim, a proposta final fica definida: 03/02 – online, 07/04 – presencial em Urucuia, 09/06 – online, 04/08 – presencial em João Pinheiro, 06/10 – online, 01/12 – presencial em Unaí. Com isso, o calendário é colocado em votação. A deliberação foi aprovada sem manifestações contrárias com unanimidade. **08) APRESENTAÇÃO E CRIAÇÃO DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO (GACG) INTEGRADO COM REPRESENTAÇÃO EM CADA CBH DOS AFLUENTES MINEIROS DO RIO SÃO FRANCISCO - PEIXE VIVO; Tobias Vieira (MOVER)** inicia a discussão sobre a criação do grupo que irá acompanhar o contrato de gestão entre Igam, comitês e Agência Peixe Vivo. **Ohany representante da Agência** esclarece que o grupo funciona como fiscal das metas e obrigações previstas no contrato. Avalia **três atores**: a Agência Peixe Vivo, como entidade delegatária, o próprio Comitê, verificando se cumpre suas responsabilidades e o órgão gestor (IGAM), acompanhando sua atuação. Haverá representantes de todos os comitês afluentes contemplados no pacto do São Francisco. Reforça que é importante escolher pessoas com familiaridade com gestão, contratos, indicadores e metas, pois haverá discussões técnicas conjuntas com outros comitês. **09) DN Nº XX - APROVA E INSTITUI O GRUPO DE ACOMPANHAMENTO - TOBIAS VIEIRA; Tobias Vieira (MOVER)** abre as manifestações para indicações. Manifestam-se: Denis Leocádio, da Universidade Federal (Titular) e Adaiane Pereira, da Bevap (suplente) Como não surgem mais candidatos, os nomes são confirmados e a deliberação é colocada para votação. Sem manifestações ela foi aprovada por unanimidade. **10) APRECIACÃO DO POA 2026 - TOBIAS VIEIRA; Ohany** se apresenta e conduz a apresentação do POA 2026. Ela explica que esta deliberação é anual e ocorre sempre na última plenária do ano. Explica que a Agência Peixe Vivo hoje atende todos os comitês mineiros afluentes do São Francisco e o Comitê Federal do São Francisco. O planejamento financeiro considera a inadimplência elevada, atualmente em torno de 57%, média entre os comitês, os impactos da greve, que impedem processamento de cobranças e baixas de pagamentos e as mudanças recentes na metodologia de cobrança e dificuldades operacionais. A arrecadação prevista pela agência é de aproximadamente R\$ 11 milhões em 2026. Deste valor, cerca de R\$ 800 mil seriam destinados ao custeio total da Agência. Apesar da fusão entre o SF7 e SF8 ter criado um comitê único Paracatu e Urucuia, o órgão gestor exige duas contas bancárias, uma para cada bacia, o que obriga a elaboração de dois planejamentos de custeio dentro do POA. Ela detalha que, para o Urucuia, vários itens da planilha aparecem com valor zero, pois são despesas compartilhadas entre comitês. As rubricas incluem as publicações no Diário Oficial, sendo uma obrigação legal para qualquer contratação ou dispensa de licitação. Despesa de pessoal, sendo o maior custo, estimado em R\$ 23 mil anuais oriundos do Urucuia. Explica que todo o quadro da Agência é CLT e que benefícios financeiros são mínimos. Os salários são divididos entre comitês e há gastos com deslocamentos e viagens da equipe administrativa. A receita prevista para o Urucuia é de aproximadamente R\$ 73 mil, com despesas em torno de R\$ 25 mil, gerando saldo para uso futuro, importante como “colchão de segurança” caso ocorram atrasos de repasses ou inadimplência. Já para o Paracatu, ela explica que possui arrecadação maior e, portanto, contribui com parcelas mais expressivas do custeio. Destacam-se que será o **único comitê** da rede que já iniciará com **sede própria**, trazendo despesas de aluguel, manutenção predial, telefonia, serviços gráficos, infraestrutura de escritório. Há previsão para contratação de serviços técnicos, como eletricitas, arquitetos, profissionais especializados (pessoa física ou jurídica). O custo com pessoal previsto para 2026 é de aproximadamente R\$ 315 mil, incluindo profissionais dedicados ao comitê, equipe administrativa e financeira na sede da Agência (área meio) e gastos trabalhistas. Ressalta que não é possível fortalecer apenas a equipe técnica sem reforçar simultaneamente a equipe administrativa, pois licitações, contratos e pagamentos só podem ser operados pela área meio, financiada integralmente pelo custeio. Há também previsão de recursos para reembolsos e viagens do corpo administrativo e serviços de agenciamento de viagens para organização de deslocamentos necessários. Após a apresentação das tabelas financeiras, Ohany reforça que a rubrica de viagens trata exclusivamente das viagens da equipe interna da Agência Peixe Vivo com despesas como alimentação, hospedagem e transporte de pessoal administrativo. Esclarece que viagens do Comitê não entram no custeio; estas pertencem ao PAP (Plano de Aplicação Plurianual). Na sequência, destaca a importância da reserva financeira por frustração de receita, explicando que o valor de R\$ 100 mil funciona

como um fundo emergencial para garantir estabilidade caso a arrecadação seja inferior ao previsto, situação recorrente devido à alta inadimplência. No caso do Paracatu, a receita projetada é de cerca de R\$ 560 mil, com despesa planejada em R\$ 498 mil, deixando um pequeno saldo. Explica que nunca se projeta gasto igual ao valor arrecadado: sempre se deixa margem para ajustes durante o ano, inclusive possibilidade de remanejamento de recursos. Esses ajustes são discutidos de forma transparente no GACG, grupo recém-formado pelos representantes indicados na mesma reunião. Ela introduz um tema considerado crítico, a necessidade de discutir a ampliação do percentual do custeio destinado à manutenção da Agência Peixe Vivo. Explica que atualmente 7,5% do valor arrecadado pela cobrança vai para o custeio da agência e 92,5% ficam destinados aos projetos e ações dos comitês. Contudo, os custos da Agência aumentam anualmente, contratos, aluguel, pessoal (CLT), reajustes obrigatórios, enquanto a arrecadação não acompanha, especialmente com a inadimplência crescente. Com isso, diversas ações de suporte administrativo e técnico ficam sob pressão financeira. Relata que com o apoio do IGAM, sensível à situação, foi aprovado no Conselho Estadual de Recursos Hídricos a possibilidade de elevar o custeio até 20%. Entretanto, especificamente para os comitês mineiros vinculados ao pacto do São Francisco, o teto legal é de 11,4%. A mudança, porém, só pode ocorrer com aprovação unânime de todos os comitês, seguida da adequação contratual. Por isso, o tema tem sido levado às plenárias finais do ano em diversos comitês. Ela salienta que esta reunião é somente o início da discussão, pois mais informações técnicas serão apresentadas futuramente. Concluindo a apresentação, ela reforça que o orçamento submetido à votação ainda utiliza 7,5%, conforme o modelo atual. Abre-se espaço para dúvidas. Sem questionamentos passam ao próximo ponto de pauta. **11) DN Nº XX - APROVA O ORÇAMENTO ANUAL DA AGÊNCIA PEIXE VIVO, REFERENTE AOS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO XXXX PARA APLICAÇÃO NO CUSTEIO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS - TOBIAS VIEIRA;** Tobias Vieira (MOVER) retoma a palavra, confirma que o planejamento financeiro está baseado no percentual vigente e informa que qualquer alteração futura depende do processo formal mencionado. Lê os principais artigos da deliberação, incluindo a aprovação do orçamento consolidado, a possibilidade de revisões e remanejamentos durante a execução, as atribuições do grupo GACG em acompanhar e relatar a execução e a entrada em vigência imediata. A deliberação é colocada em votação. Sem votos contrários ou abstenções, é aprovada por unanimidade. **12) ASSUNTOS GERAIS E COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Nos assuntos gerais, Tobias Vieira (MOVER) abre a palavra aos demais conselheiros. Dirceu inicia parabenizando o comitê pelo engajamento, destacando que muitos comitês no Brasil não possuem a mesma organização e participação. Em seguida, ele faz um convite oficial para o 1º Encontro Nacional das Nascentes Afluentes e Deponentes do Rio São Francisco, a ocorrer em 17, 18 e 19 de dezembro, com apoio do Ministério da Integração Nacional. Dirceu explica os objetivos do evento é visitar a nascente histórica (São Roque de Minas) e a geográfica (Medeiros), integrar agentes das regiões alta e baixa da bacia, debater investimentos em revitalização e alertar para o descumprimento, até hoje, da promessa federal de destinar recursos equivalentes ao valor investido na transposição para revitalização do rio. Ele relata a preocupação com a chegada da água ao Nordeste sem investimentos proporcionais em preservação na cabeceira e reforça que, sem ações, conflitos de uso podem aumentar. Cita ainda o Programa Produtor de Água, ressaltando que Minas tem forte experiência, inclusive com PSA antecipado (pago antes da chegada dos recursos de cobrança). O presidente agradece a participação de Dirceu e reconhece sua contribuição na disseminação do Programa Produtor de Água. Dirceu comenta sobre a necessidade de interação com o comitê responsável pelo Rio Abaeté uma vez que o rio influencia a qualidade da água do São Francisco e se conecta indiretamente à dinâmica da bacia do Paracatu. Cita problemas de turbidez e impacto na qualidade da água durante as cheias. (Município de Formoso) informa que o município concluiu o projeto de saneamento básico de Formoso e seu distrito. O documento foi encaminhado ao Ministério da Integração Nacional e ele reforça que, por orientação, o projeto deverá ser apreciado e deliberado pelo comitê. O presidente confirma que, quando chegar oficialmente, será colocado em pauta. Tobias Vieira atualiza que o Fórum Mineiro enfrenta uma vacância na coordenação geral, já que o coordenador perdeu o mandato no comitê de origem. O fórum, portanto, está momentaneamente paralisado enquanto se aguarda orientação formal. Há planejamento inicial para um Encontro Mineiro de Comitês, previsto para final de janeiro ou começo de fevereiro em Belo Horizonte. A ideia é reunir demandas, debater a inadimplência da cobrança e discutir desafios comuns. A Agência Peixe Vivo sinaliza que poderá apoiar financeiramente caso necessário. Ainda relata conversas estaduais sobre a possibilidade de, no futuro, redistribuir aos comitês parte do saldo contábil do fundo conhecido como FHIDRO, que atinge cerca de R\$ 750 milhões. Esclarece que o valor não existe como disponibilidade

financeira imediata, mas há esforço dos comitês para pressionar o governo a viabilizar ao menos parcela dos recursos. **Tobias Vieira (MOVER)** lembra que a empresa contratada para execução do projeto aprovado pelo comitê já se instalou no território de formoso, iniciou mobilização e apresentou plano de trabalho. A equipe não pôde comparecer à reunião devido ao fechamento de fim de ano, mas está prevista participação futura para apresentação completa. **Thaís** informa que a ANA aprovou a instauração da OGP do Rio Preto, um modelo novo de regulação, e explica por que isso afeta o Paracatu: o Rio Preto deságua nele. Um dos pontos centrais da OGP é a instalação de um ponto de monitoramento obrigatório antes da foz, para controlar a entrega hídrica do afluente. **Adaiane (Bevap)** reforça a preocupação, pois o Paracatu possui captações a montante e a jusante da foz do Rio Preto. A qualidade e quantidade da água a jusante dependem fortemente da contribuição do Rio Preto. Falta hoje monitoramento tecnológico robusto para acompanhar a entrega real do afluente, e o abastecimento público de Brasilândia de Minas pode ser diretamente afetado. Ela defende que o comitê do Paracatu instale, com recursos da própria bacia, uma estação automática de monitoramento, garantindo transparência e segurança para todos os usuários. **Tobias Viera** concorda e propõe a elaboração de correspondência formal manifestando preocupações e cobrando garantias. Solicita que Adaiane ajude a formular uma minuta. **13) ENCERRAMENTO:** Ao final, foram feitos agradecimentos a todos os participantes. **Marcelo Perondi (ABHP)** vice-presidente faz um pronunciamento final reforçando a importância do diálogo entre as bacias e desejando boas festas. **Tobias Vieira (MOVER)** agradece o empenho de todos ao longo do ano, deseja um bom Natal e boas festas, reforça cuidados com a saúde e anuncia uma foto final de registro da plenária. Com isso, encerra oficialmente a reunião. APROVAÇÃO DA ATA.



Documento assinado eletronicamente por **Tobias Tiago Pinto Vieira, Presidente(a)**, em 11/02/2026, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **128690617** e o código CRC **01D00BCA**.

Referência: Processo nº 2240.01.0000092/2025-43

SEI nº 128690617